

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES
CONTRATAÇÃO DIRETA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº683/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Combustíveis e reagente líquido ARLA 32 para Frota Municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código do produto/ Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29834007	ÓLEO DIESEL COMUM (S-500) Descrição: Fornecimento de combustível Diesel Comum para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. 7 dias da semana das 7:30h às 19:00h, no perímetro urbano de Dois Vizinhos ou até 5 km às margens das rodovias de acesso.	5.999.490	LT	1,00	5.999.490,00
2	29834008	ÓLEO DIESEL S-10 Descrição: Fornecimento 24h por dia 7 dias da semana, de combustível/ diesel S-10 para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. No perímetro urbano de Dois Vizinhos ou até 5 km às margens das rodovias de acesso.	127.511	LT	1,00	127.511,00
3	29834009	ÓLEO DIESEL S-10 Descrição: Fornecimento de combustível/ diesel S-10 para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. 7 dias da semana das 7:30h às 19:00h, no perímetro urbano de Dois Vizinhos ou até 5 km às margens das rodovias de acesso.	2.416.093	LT	1,00	2.416.093,00
4	29834010	ÓLEO DIESEL S-10 ROTA LESTE Descrição: Fornecimento 24h por dia 7 dias da semana, de combustível/ diesel S-10 para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. Conforme item 11.7 do ETP.	387.150	LT	1,00	387.150,00
5	29834011	ÓLEO DIESEL S-10 ROTA NORTE Descrição: Fornecimento 24h por dia 7 dias da semana, de combustível/ diesel S-10 para veículos que	31.450	LT	1,00	31.450,00

		compõem a frota desta Municipalidade. Conforme item 11.8 do ETP				
6	29834012	ÓLEO DIESEL S-10 ROTA OESTE. Descrição: Fornecimento 24h por dia 7 dias da semana, de combustível/ diesel S-10 para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. Conforme item 11.15 do ETP	31.450	LT	1,00	31.450,00
7	29834013	GASOLINA Descrição: Fornecimento 24h por dia 7 dias da semana, de combustível/ gasolina para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. No perímetro urbano de Dois Vizinhos ou até 5 km às margens das rodovias de acesso.	255.023	LT	1,00	255.023,00
8	29834014	GASOLINA Descrição: fornecimento de combustível gasolina para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. 7 dias da semana das 7:30h às 19:00h, no perímetro urbano de Dois Vizinhos ou até 5 km às margens das rodovias de acesso.	1.432.944	LT	1,00	1.432.944,00
9	29834015	GASOLINA ROTA LESTE Descrição: Fornecimento 24h por dia 7 dias da semana, de combustível/ gasolina para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. Conforme item 11.7 do ETP	191.100	LT	1,00	191.100,00
10	29834016	GASOLINA CURITIBA Descrição: Fornecimento 24h por dia 7 dias da semana, de combustível/ gasolina para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. Conforme item 11.10 do ETP	77.077	LT	1,00	77.077,00
11	29834017	GASOLINA ROTA NORTE Descrição: Fornecimento 24h por dia 7 dias da semana, de combustível/ gasolina para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. Conforme item 11.8 do ETP	15.925	LT	1,00	15.925,00
12	29834018	GASOLINA ROTA OESTE. Descrição: Fornecimento 24h por dia 7 dias da semana, de combustível/ gasolina para veículos que compõem a frota desta Municipalidade. Conforme item 11.15 do ETP.	15.925	LT	1,00	15.925,00
13	29834019	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO ARLA 32. Descrição: fornecimento 24h/7d de ARLA 32 a granel, para abastecimento da frota municipal de veículos a diesel equipados com sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR).	78.000	LT	1,00	78.000,00
TOTAL						11.059.138,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação no PNCP, prorrogável por até 5 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 1.4. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a vigência plurianual é mais vantajosa considerando a natureza duradoura e recorrente para atender às demandas da administração pública ao longo do tempo.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
 - I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
 - II) Data de publicação no PNCP: 17062024;
 - III) Id do item no PCA: 2947;
 - IV) Classe/Grupo: 9140;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 987541-218/2025;
 - VI) Id do item no PCA: 2949;
 - VII) Classe/Grupo: 9140;
 - VIII) Identificador da Futura Contratação: 987541-218/2025;
 - IX) Id do item no PCA: 80;
 - X) Classe/Grupo: 2590;
 - XI) Identificador da Futura Contratação: 987541-173/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2. **Descarte Adequado de Embalagens:**
- 4.3. O fornecedor deverá garantir o descarte adequado das embalagens de combustíveis e ARLA 32, seguindo as normas ambientais vigentes.
- 4.4. Priorizar a logística reversa, sempre que possível, para reciclagem de embalagens.
- 4.5. **Prevenção de Contaminação:**
- 4.6. Adotar medidas preventivas para evitar vazamentos e derramamentos de combustíveis, prevenindo a contaminação do solo e da água.
- 4.7. Em caso de acidentes, o fornecedor deverá realizar a remediação da área afetada, seguindo as normas ambientais.
- 4.8. **Respeito aos Direitos Trabalhistas:**

- 4.9. Garantir o cumprimento das leis trabalhistas, oferecendo condições de trabalho seguras e dignas aos seus funcionários.
- 4.10. Combater o trabalho infantil e o trabalho escravo em toda a cadeia de fornecimento.
- 4.11. **Promoção da Inclusão Social:**
- 4.12. Incentivar a contratação de pessoas com deficiência e de grupos minoritários.
- 4.13. Apoiar projetos sociais e iniciativas que promovam o desenvolvimento da comunidade local.
- 4.14. **Transparência e Divulgação:**
- 4.15. Divulgar informações sobre as práticas de sustentabilidade adotadas pela empresa, promovendo a transparência e a conscientização.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.16. Não se aplica a essa contratação a indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

- 4.17. Não há marcas ou produtos vedados para a contratação.

Da exigência de amostra

- 4.18. Não é necessário apresentação de amostras para essa contratação.

Subcontratação

- 4.19. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Forma de fornecimento

- 4.21. A ordem de atendimento das demandas de combustíveis será definida por um sistema de rodízio entre os fornecedores credenciados.
- 4.22. Este rodízio considerará critérios como:
- 4.23. Qualidade dos combustíveis fornecidos.
- 4.24. Capacidade de continuidade de fornecimento.
- 4.25. Atendimento ao cliente.
- 4.26. Fornecedores com melhor desempenho e capacidade de atender às necessidades específicas de cada pedido terão prioridade no rodízio.
- 4.27. O Departamento de Controle de Frotas emitirá uma **Autorização de Abastecimento** para cada veículo da frota municipal, a qual deverá ser apresentada pelo motorista no posto de combustível credenciado.
- 4.28. A Autorização de Abastecimento conterá as seguintes informações essenciais:
- 4.29. Identificação do veículo, placa e frota;
- 4.30. Secretaria solicitante;
- 4.31. N° de requisição;

4.32. Identificação do motorista, nome e matrícula funcional (devendo ser assinado por este);

4.33. Data da confecção da autorização.

Emissão do cupom fiscal

4.34. No ato do abastecimento o fornecedor deverá emitir comprovante da transação (cupom fiscal) com os seguintes dados:

4.35. Tipo de combustível;

4.36. Identificação do veículo, placa e frota;

4.37. Secretaria solicitante;

4.38. N° de requisição;

4.39. Identificação do motorista, nome e matrícula funcional (devendo ser assinado por este);

4.40. Data e horário do abastecimento;

4.41. Quantidade de litros;

4.42. valor unitário e total;

4.43. Data de referência de valor conforme ANP;

4.44. Deverá ser enviado simultaneamente ao e-mail frotas.combustiveis@doisvizinhos.pr.gov.br.

Avaliação de Desempenho dos Fornecedores:

4.45. Conforme item 13 do ETP, o desempenho dos fornecedores será avaliado periodicamente, considerando:

4.46. Qualidade dos combustíveis;

4.47. Continuidade de fornecimento;

4.48. Serviços complementares.

4.49. Os resultados da avaliação serão utilizados para definir a ordem de atendimento das demandas no sistema de rodízio.

Priorização e Eficiência no Rodízio:

4.50. O sistema de rodízio priorizará os fornecedores que obtiverem pontuação final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos na Matriz de Avaliação, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem).

4.51. Fornecedores que obtiverem pontuação inferior a 60 (sessenta) pontos na Matriz de Avaliação serão notificados formalmente.

4.52. Novos pedidos de fornecimento serão suspensos até que o fornecedor apresente um plano de ação para corrigir os motivos que levaram à avaliação insatisfatória.

4.53. O plano de ação deverá ser aprovado pela administração pública e o fornecedor deverá comprovar a implementação das medidas corretivas.

4.54. A suspensão dos pedidos de fornecimento será mantida até que o fornecedor demonstre a melhoria do seu desempenho e alcance a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos na Matriz de Avaliação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O fornecimento dos combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel S-500, Óleo Diesel S-10) e do reagente líquido ARLA 32 é caracterizado como de entrega imediata e fracionada. O abastecimento deverá ocorrer no ato da apresentação da **Autorização de Abastecimento** emitida pelo Departamento de Controle de Frotas, conforme modelo e regras já estabelecidos neste Termo de Referência.
- 5.2. Os credenciados deverão possuir postos de abastecimento que atendam aos seguintes requisitos de localização e horário de funcionamento, conforme a cota para a qual se credenciarem:

Requisitos de Localização e Atendimento

- 5.3. Para a(s) cota(s) de abastecimento no perímetro urbano de Dois Vizinhos-PR: O fornecedor deverá possuir estabelecimento no perímetro urbano do município.
- 5.4. Para a cota "ROTA LESTE": O fornecimento deverá ocorrer no trajeto entre os municípios de Guarapuava e Curitiba, com posto de abastecimento localizado às margens da rodovia BR-277. É obrigatório o atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.
- 5.5. Para a cota "ROTA OESTE": O fornecimento deverá ocorrer no trajeto entre os municípios de Santa Tereza do Oeste e Santa Terezinha de Itaipu, com posto de abastecimento localizado às margens da rodovia BR-277. É obrigatório o atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.
- 5.6. Para a cota "ROTA NORTE": O fornecimento deverá ocorrer no perímetro urbano do município de Campo Mourão-PR. O fornecedor deverá possuir, no mínimo, um estabelecimento em uma das seguintes localidades:
 - 5.6.1 Avenida Capitão Índio Bandeira, Rod. Barão (Saída para Maringá);
 - 5.6.2 Rua Miguel Luís Pereira - BR 487 (Perímetro Urbano);
 - 5.6.3 Rodovia Perimetral Tancredo Almeida Neves - BR 272;
 - 5.6.4 Margens da BR 369 (trecho entre Campo Mourão e Piquirivaí);
 - 5.6.5 Margens da PR 317 (trecho entre Campo Mourão e Peabiru).
- 5.7. Para esta cota, também é obrigatório o atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.
- 5.8. Para a cota "CURITIBA": O fornecimento deverá ocorrer no perímetro urbano do município de Curitiba-PR. O fornecedor deverá possuir, no mínimo, um estabelecimento em um dos seguintes bairros:
 - 5.8.1 Centro;
 - 5.8.2 Batel;
 - 5.8.3 Rebouças;
 - 5.8.4 Água Verde;
 - 5.8.5 Campina do Siqueira;
 - 5.8.6 Orleans;
 - 5.8.7 Cristo Rei;
 - 5.8.8 São Francisco;
 - 5.8.9 Cidade Industrial.

- 5.9. Para esta cota, também é obrigatório o atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:
 - 6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
 - 6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
 - 6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
 - 6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
 - 6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
 - 6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
 - 6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. Multa:

7.3.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.3.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.3.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3.4 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.3.5 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3.7 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3.8 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

- 7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.10. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.12. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.12.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.12.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.12.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.12.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 7.12.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.13. o prazo de validade;
- 8.14. a data da emissão;
- 8.15. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.16. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.17. o valor a pagar; e
- 8.18. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.19. identificação de todos os cupons fiscais correspondentes; e referência da semana base para o valor da ANP.
- 8.20. As notas fiscais semanais deverão ser enviadas em formato digital (PDF) para o e-mail: frotas.combustiveis@doisvizinhos.pr.gov.br. Adicionalmente, as notas fiscais originais, acompanhadas das autorizações de abastecimento, deverão ser entregues em envelope lacrado ao Departamento de Gestão de Frotas, aos cuidados do fiscal de recebimento do contrato, no seguinte endereço: Rua Tiradentes, nº 700, Centro Sul, Dois Vizinhos-PR, CEP 85660-000.
- 8.21. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.22. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.24. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.25. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.30. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.35. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 8.38. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.39. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.44. Os valores unitários dos combustíveis serão ajustados semanalmente, utilizando como referência a tabela de preços médios ao consumidor (PMEF) divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), seguindo-se os seguintes parâmetros:

8.44.1 Para as cotas de fornecimento em **Curitiba**, o valor de referência será o **preço médio de revenda da capital**.

8.44.2 Para todas as **demais cotas**, o valor de referência será o **preço médio de revenda do estado do Paraná**.

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.2. O fornecedor será selecionado por meio de CREDENCIAMENTO ao CHAMAMENTO PÚBLICO, dentre as propostas das proponentes serão credenciadas as que atenderem às exigências estipuladas no edital, respeitada a ordem de credenciamento/habilitação.

Forma de fornecimento

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.7. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- 9.9. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.18. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.19. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.20. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.21. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor calculado sobre o valor estimado da parcela de fornecimento indicada na proposta do credenciado.
- 9.22. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Documentação Complementar

- 9.24. Para as cotas de abastecimento 24 horas, o fornecedor deverá apresentar declaração formal, em modelo próprio, de que atende durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, durante 7 (sete) dias por semana.
- 9.25. Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão municipal competente, com validade vigente na data de apresentação da proposta, comprovando a regularidade do estabelecimento para o exercício da atividade de revenda de combustíveis.
- 9.26. Licença emitida pelo órgão ambiental competente que autoriza o funcionamento do posto de combustível, atestando o cumprimento das normas de proteção ambiental.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.27. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.32. Em razão da natureza e complexidade do objeto, que envolve atividade econômica não permitida ao regime do Microempreendedor Individual (MEI) conforme a legislação vigente (CNAE 4731-8/00), e da incompatibilidade do faturamento estimado com os limites estabelecidos para o MEI, **não será permitida a participação de empresas enquadradas nesta modalidade**. A participação está

aberta a Empresários Individuais, Sociedades Limitadas (incluindo as Unipessoais - SLU), entre outras formas societárias, desde que devidamente registradas como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou demais portes empresariais.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 11.059.138,00 (onze milhões, cinquenta e nove mil, cento e trinta e oito reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 02 GOVERNO MUNICIPAL;

Unidade: 001 GABINETE DO PREFEITO;

Projeto ou Atividade: 04.122.0003.2001 ATIVIDADES DO GABINETE E ASSESSORIAS;

Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO;

Fonte de Recurso: 00060 E ; 00000 0000/01/07/00/00 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES);

Órgão: 002 SECRETARIA GERAL DE GOVERNO;

Unidade: 04.122.0003.2003 SECRETARIA GERAL DE GOVERNO;

Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO;

Fonte de Recurso: 00270 E ; 00000 0000/01/07/00/00 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES);

Órgão: 03 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS;

Unidade: 001 DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS;

Projeto ou Atividade: 04.122.0003.2004 ATIVIDADES DA SEC DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS;

Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO;

Fonte de Recurso: 00370 E 00000 0000/01/07/00/00 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES);

Órgão: 004 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO;

Unidade: 26.782.0003.2005 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO;

Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO;

Fonte de Recurso: 00490 E 00509 0509/99/99/00/00 Gerenciamento do Trânsito

Fonte de Recurso: 00490 EA 00509 0509/99/99/00/00 Gerenciamento do Trânsito

Órgão: 04 SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE TURISMO

Unidade: 001 DEPTO DE FOMENTO, TURISMO, DESENV CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO, EMPREGO E RENDA

Projeto ou Atividade: 19.126.0004.2007 ATIVIDADES DA SEC DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO TECNOL E TURISMO

Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 00750 E 00000 0000/01/07/00/00 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES);

Órgão: 05 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Unidade: 001 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS

Projeto ou Atividade: 20.606.0005.2018 ATIV DA SEC DE AGRIC, PECUÁRIA, MEIO AMB E REC HIDRICOS

Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 01340 E 00000 0000/01/07/00/00 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES);

Órgão: 06 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto ou Atividade: 04.122.0003.2025 ATIVIDADES DOS SETORES INTERNOS DA ADMINISTRAÇÃO
Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 01800 E 00000 0000/01/07/00/00 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES);

Órgão: 07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 001 DEPARTAMENTO DE ENSINO
Projeto ou Atividade: 12.361.0006.2031 ENSINO FUNDAMENTAL

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 08 de julho de 2025.
Isac Vitor Medeiros
Matrícula Funcional 194971
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS